

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE
PORTO ALEGRE**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA E SAÚDE**



Denise Bischoff Portella Conceição

**Características Psicológicas de
Policiais Militares que Perderam o
Porte de Arma**

**Universidade Federal de Ciências da Saúde
de Porto Alegre**

Porto Alegre

2023

Denise Bischoff Portella Conceição

Características Psicológicas de Políciais Militares que Perderam o Porte de Arma

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Saúde da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Adriana Jung Serafini

Coorientadora: Dra. Andreia Mello de Almeida Schneider

Porto Alegre

2023

Características Psicológicas de Policiais Militares que Perderam o Porte de Arma

BANCA AVALIADORA

Dra. Gabriela Peretti Wagner, PhD

Departamento de Psicologia, Área de Neuropsicologia e Avaliação Neuropsicológica

Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)

Dr. Sérgio Eduardo Silva de Oliveira, PhD

Departamento de Psicologia Clínica (PCL) e Programa de Pós-Graduação em

Psicologia Clínica e Cultura (PsiCC) do Instituto de Psicologia da UnB

Universidade de Brasília (UnB)

Dra. Sonia Liane Reichert Rovinski, PhD

Sapiens - Instituto de Psicologia

Curso de Especialização em Psicologia Jurídica

Porto Alegre

2023

Catálogo na Publicação

Bischoff Portella Conceição, Denise

Características Psicológicas de Policiais Militares
que Perderam o Porte de Arma / Denise Bischoff Portella
Conceição. -- 2023.

37 p. : 30 cm.

Dissertação (mestrado) -- Universidade Federal de
Ciências da Saúde de Porto Alegre, Programa de
Pós-Graduação em Psicologia e Saúde, 2023.

Orientador(a): Adriana Jung Serafini ;
coorientador(a): Andreia Mello de Almeida Schneider .

1. avaliação psicológica. 2. porte de armas. 3.
segurança pública. 4. personalidade. 5. cognição. I.
Título.

Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da UFCSPA com os dados
fornecidos pelo(a) autor(a).

Aos meus pais, Ieda (em memória) e Valter (em memória), meus exemplos, minha inspiração.

Ao meu marido, Maurício, e à minha filha, Antonella, por terem compreendido e me acompanhado nos momentos bons e críticos da realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

No decorrer do meu percurso acadêmico, pude contar com muitas pessoas, que contribuíram para que minha pesquisa pudesse ser concluída, e, frente a isso, reservo este espaço para demonstrar meus sinceros agradecimentos.

À minha orientadora, professora Doutora Adriana Jung Serafini, por ter sido a base de suporte, calma e paciência, demonstrando-me compreensão, firmeza e apoio nos momentos de maior fragilidade, fazendo-me entender o processo de pesquisa e de escrita acadêmica. Obrigada pela confiança no meu trabalho, pelo respeito, por me ensinar, pela compreensão e pelos sábios conselhos sempre que a procurei para conversar.

À minha coorientadora, Doutora Andreia Schneider, agradeço pelas contribuições, por compartilhar seus conhecimentos sobre o teste R-PAS e pela disponibilidade prestada.

À professora Doutora Maísa dos Santos Rigoni, por sua boa vontade em colaborar com minha pesquisa e com meu aprendizado. Sempre interessada e receptiva.

À professora Doutora Joice Dickel Segabinazi, por sua prontidão e solicitude para comigo, contribuindo para minha formação.

Sou muito grata à Cristiane Bündchen, do setor de Estatística do Núcleo de Apoio à Pesquisa e Pós-Graduação (Nupesq) da UFCSPA, pelo pronto atendimento sempre que solicitado.

Agradeço aos membros da banca examinadora, pelo interesse e pela disponibilidade.

Agradeço ao Instituto de Pesquisa da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, por terem autorizado a realização desta pesquisa com os policiais militares, e ao Departamento de Saúde, em especial à Major Claudia Ferrão Vargas, Major Denise Alves Riambau Gomes, Capitã Rachel Montagner, Capitão Thiago Fernando Vasconcelos Freire e Capitã Isadora Rocha dos Santos que demonstraram confiança e apoio ao longo desta dissertação.

À Scheila Fogaça Moretto, colega de profissão e amiga, pelo incentivo e pela generosidade, mostrando-se sensível e flexível para com minhas demandas do Mestrado. Tenho muito a agradecer.

Ao meu marido, Maurício, que sempre demonstrou força, apoio e compreensão para que eu pudesse continuar.

À minha filha, Antonella, que entendeu minha ausência, demonstrando-me apoio, contagiando-me com sua alegria, e pela admiração que lhe conheço. Que eu possa ser sempre motivo do seu orgulho.

Por fim, agradeço aos meus pais, Ieda e Valter (*in memoriam*), pela possibilidade de estudar, que sempre me proporcionaram e estimularam (a sua maior herança), e que, mesmo não estando mais neste plano, seguem comigo em todos os momentos da minha vida.

“E que a minha loucura seja perdoada
porque metade de mim é amor e a outra
metade também.”

Oswaldo Montenegro

RESUMO

A segurança pública é um setor de suma importância para a sociedade devido ao seu compromisso de garantir o cumprimento da lei e que a ordem social seja mantida com o mínimo possível de conflitos, protegendo os indivíduos, o patrimônio público e privado de sofrer qualquer espécie de atentado à integridade física ou estrutural. Para isso, as instituições de segurança pública devem contar com um efetivo preparado para exercer seu papel perante a sociedade, o que cria elevadas expectativas sobre esses profissionais. Nesse sentido, observa-se a importância de entender quais são as características psicológicas associadas a aspectos de vulnerabilidade a atuações não adaptativas de agentes da segurança pública. Assim, o presente estudo objetivou conhecer as características psicológicas de um grupo de policiais militares que apresentaram condutas mal-adaptativas e perderam o porte de arma. A pesquisa foi desenvolvida a partir de um estudo retrospectivo documental, realizado através dos dados de prontuários de 10 policiais militares que foram encaminhados pela Junta de Saúde, de um hospital militar no Rio Grande do Sul, para serem avaliados pelo serviço de psicologia. O estudo tomou como base a análise dos dados sociodemográficos e os resultados dos testes psicológicos que avaliaram a personalidade, a capacidade de atenção concentrada, a memória imediata, a percepção, o planejamento e a execução. Os instrumentos selecionados faziam parte da bateria de testes psicológicos utilizados nas avaliações psicológicas desses sujeitos, sendo eles a Bateria de Provas de Atenção (BPA), o Teste de Figuras Complexas de Rey (FCR) e o Rorschach – Sistema de Avaliação por Performance (R-PAS). Os dados obtidos através desses instrumentos foram submetidos a tratamento estatístico por meio do programa SPSS versão 22.0. Embora não seja possível generalizar os resultados ao universo dos policiais militares, ou mesmo de todos aqueles que perderam o porte de arma, observaram-se aspectos em comum entre os participantes da pesquisa. Os resultados denotam, sobretudo, prejuízos cognitivos, perturbações do pensamento, problemas com a percepção da realidade, impulsividade e dificuldade de relacionamento interpessoal. Tais aspectos parecem estar diretamente relacionados à manifestação de condutas mal-adaptativas e consequentemente com a perda do porte de arma no grupo avaliado.

Palavras-chave: Personalidade; Teste de Rorschach; Avaliação Psicológica; Porte de arma; Militares.

ABSTRACT

Public security is a sector of utmost importance to society. Its field of action includes the commitment to ensure the law is enforced and that social order is maintained with as few conflicts as possible, protecting individuals and public and private property from any kind of attack on physical or structural integrity. To this end, public security institutions must have a staff prepared to play their role in society, which creates high expectations of these professionals. In this sense, it is important to understand the psychological characteristics associated with aspects of vulnerability to non-adaptive actions by public security agents. Thus, the present study aimed to know the psychological characteristics of a group of military police officers who presented maladaptive behaviors and lost their firearms license. The research was developed from a documental retrospective study, carried out through data from the medical records of 10 military police officers who were referred by the Special Board of Health - from a military hospital in Rio Grande do Sul, to be evaluated by the psychology service. The study was based on the analysis of socio-demographic data and the results of psychological tests that evaluated personality, concentrated attention span, immediate memory, perception, planning and execution. The instruments selected were part of the battery of psychological tests used in the psychological evaluations of these subjects, namely the Attention Test Battery (APB), Rey's Complex Figure Test (RCF), and the Rorschach - Performance Assessment System (RPAS). The data obtained through these instruments were submitted to statistical treatment through the SPSS software, version 22.0. Although it is not possible to generalize the results to the universe of military police officers, or even to all those who lost their firearms license, common aspects were observed among the research participants. The results denote, above all, cognitive impairments, thought disorders, problems with the perception of reality, impulsiveness and difficulty in interpersonal relationships. Such aspects seem to be directly related to the manifestation of maladaptive behaviors and, consequently, to the loss of the firearms license.

Keywords: Personality; Rorschach Test; Psychological Assessment; Gun Permit; Military Personnel.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Atenção Concentrada
BPA	Bateria de Provas de Atenção
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa - CEP
CRAF	Certificado de Registro de Arma de Fogo
CFP	Conselho Federal de Psicologia
COLOG	Comando Logístico
FCR	Figuras Complexas de Rey
ICC	<i>Intraclass Correlation Coefficient</i>
CON	Índice conativo
IOM/OPIP	Organização Militar/Órgão Pagador de Inativos e Pensionistas
PF	Polícia Federal
R-PAS	Rorschach – Sistema de Avaliação por Performance
TB	Transtorno Bipolar
SC	Sistema Compreensivo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 REVISÃO DE LITERATURA – CONTEXTUALIZAÇÃO.....	15
2.1 AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA PORTE DE ARMAS E LEGISLAÇÃO.....	18
2.2 AVALIAÇÃO DA PERSONALIDADE ATRAVÉS DO TESTE DE RORSCHACH (R-PAS)	21
2.3 ASPECTOS COGNITIVOS EXAMINADOS NAS AVALIAÇÕES PSICOLÓGICAS PARA RETOMADA DO PORTE DE ARMA.....	22
2.3.1 Atenção.....	23
2.3.2 Memória Visual, Percepção, Planejamento e Execução Visuomotora.....	23
3 OBJETIVOS.....	26
3.1 OBJETIVO PRINCIPAL.....	26
3.2 OBJETIVOS SECUNDÁRIOS.....	26
4 REFERÊNCIAS DA REVISÃO DE LITERATURA.....	27
5 CONCLUSÃO GERAL.....	32
APÊNDICE.....	34
APÊNDICE A – Ficha de dados sociodemográficos.....	34
ANEXOS.....	36
ANEXO A – Parecer do CEP.....	36

1 INTRODUÇÃO

A alta criminalidade, a violência e a sensação de impunidade existentes no Brasil geram sentimentos de insegurança e imprevisibilidade, que repercutem nos níveis de confiança da população sobre os agentes responsáveis em garantir a segurança pública (Silva & Beato, 2013). Observa-se que a profissão de policial exige o controle das ações e das decisões ao mesmo tempo que esse profissional se vê inserido em um contexto caracterizado por alto nível de estresse, o que demanda uma adequada capacidade de tolerância e controle afetivo/emocional, diante dos estressores inerentes a essa profissão. Entretanto, mesmo considerando as contingências adversas enfrentadas diariamente pelos policiais militares, é pouco provável que somente os agentes do estresse relacionados ao trabalho sejam suficientes para causar sofrimento em indivíduos saudáveis; é possível que tais estressores interajam com uma série de fatores de personalidade e estilos de resolução de problemas para aumentar o risco do sofrimento psíquico (Falkenbach et al., 2018; Gomes et al., 2018).

Nesse sentido, observa-se que o comportamento desviante de um policial militar acaba impactando em prejuízos nos campos financeiro e moral, além de difamar e desacreditar a imagem da polícia enquanto instituição, diante da opinião pública (Faiad et al., 2021; Thadeu et al., 2012). Constantemente os fatos noticiados pelas mídias expõem problemas encontrados nos serviços de segurança pública, assim como denúncias de envolvimento de agentes em situações de violência, homicídio, extorsão, abusos de autoridade e corrupção, suscitando urgentemente a necessidade de ações de prevenção e coibição dessas situações. Existem alguns possíveis motivos relacionados a tais questões: os baixos salários, a precariedade de investimentos, as políticas equivocadas e o próprio desgaste inerente à função de agente de segurança (Oliveira & Faiman, 2019; Rabelo & Mazariolli, 2019). Além disso, existem indícios de que questões na esfera organizacional da segurança pública afetem diretamente no âmbito do trabalho, bem como pessoal e familiar (Gomez et al., 2021). Todavia, diante dessas situações, é inevitável o questionamento sobre como tais profissionais, que apresentaram condutas desviantes e contraditórias na atuação policial, ingressaram na função.

De modo geral, os concursos públicos, incluindo os processos seletivos para área da segurança pública, têm se caracterizado por receber uma grande quantidade de candidatos que se submetem ao processo por estarem desempregados ou à procura

da estabilidade oferecida pelo emprego público, e não pela natureza das funções a serem desempenhadas (Thadeu et al., 2012). Considerando esse contexto, associado às especificidades da área da segurança, incluindo a necessidade do porte de arma, é fundamental a realização de uma etapa de avaliação psicológica que possa garantir a escolha de pessoas mais adequadas às tarefas que lhe serão atribuídas (Rabelo & Mazariolli, 2019).

2 REVISÃO DE LITERATURA – CONTEXTUALIZAÇÃO

Algumas pesquisas sobre perfil psicológico de agentes de segurança pública apontam para uma série de traços de personalidade adaptativos que são fundamentais para o desempenho do trabalho bem-sucedido desses profissionais. Por exemplo, os agentes da polícia relataram menor ansiedade (Jackson et al., 2012; Newman & Rucker-Reed, 2004) do que a comunidade geral, e essa ansiedade reduzida distingue oficiais bem-sucedidos de oficiais malsucedidos (Forero et al., 2009). Outros traços de personalidade citados foram a procura por excitação, domínio, extroversão, empatia limitada e estabilidade emocional (Falkenbach et al., 2018; Muniz & Primi, 2007), características que parecem permitir que os agentes de segurança operem de forma incisiva ao enfrentar os aspectos perigosos do seu trabalho, mantendo-se emocionalmente resilientes (Kop & Euwema, 2001) e aparentemente livre de psicopatologia (Gomà-i-Freixanet & Wismeijer, 2002; Lorr & Strack, 1994), outros estudos apontam que alguns policiais exibem um alto narcisismo e uma falta de respeito pelos princípios éticos gerais (Losinskas & Kulis, 1986). Essa grandiosidade e sentido de infalibilidade podem levar à externalização e insubordinação (Weiss et al., 2013). Além disso, os agentes da polícia apresentaram níveis de impulsividade mais elevados do que a população em geral, e os resultados sugerem uma correlação positiva entre impulsividade, má conduta policial e agressão (Koepfler et al., 2012; Pellini, 2006; Pogarsky & Piquero, 2004; Pueyo, 2004).

Brito e Goulart (2005) realizaram uma pesquisa sobre a avaliação psicológica e o prognóstico de comportamento desviante em uma amostra de militares. Para isso, os autores analisaram os registros de uma corporação militar, identificando casos de policiais admitidos por ordem judicial ou por falta de contingente no período compreendido entre 1994 e 2002, que apresentaram desvio de comportamento e tiveram resultado contraindicado ou indicado com restrição no exame psicológico realizado no processo seletivo. Os achados desse estudo constataram que, dentre o contingente de policiais militares demitidos, bem como dos que cometeram crimes, mas não foram demitidos, e entre os que cometeram suicídio, houve uma expressiva predominância de contraindicados no exame psicológico. Reforçou-se, portanto, a validade preditiva de desvios de comportamento nos resultados das avaliações psicológicas.

Gomes (2015) observou que 50% dos policiais militares afastados de serviço devido a licenças de saúde, efetivados pela Junta Extraordinária de Saúde da Brigada Militar de Porto Alegre, no período de 2005 a 2014, deram-se devido a transtornos psiquiátricos. No que tange aos índices de suicídio, Gomes et al. (2018) identificaram

que a incidência média de mortes de policiais militares por suicídio no Rio Grande do Sul (RS), no período de 2006 a 2015, foi de 12,5/100.000, valor superior à taxa média da população geral do Estado que se encontrava em 10,5/100.000. Este valor é três vezes maior quando comparado à média anual da população brasileira, sendo de 5,1/100.000, com base em 190.755.799 habitantes. Os autores identificaram que os óbitos por suicídio entre policiais militares são 2,75 vezes mais frequentes quando comparados a mortes relacionadas a confrontos em serviço ou por outras causas externas de morte, como acidentes de trânsito e homicídios.

Ainda, no que se refere a pesquisas feitas sobre o perfil psicológico de policiais, cita-se o estudo de Mazariolli e Villemor-Amaral (2021), que investigou os resultados do Rorschach na avaliação de ansiedade, autopercepção e autoestima em policiais militares. A amostra foi composta por 40 alunos do Curso Superior de Técnico de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública numa cidade do interior do Estado de São Paulo e 40 policiais formados com até 5 anos que trabalham em diversos tipos de policiamento. Foi aplicado o teste de Rorschach (Sistema Compreensivo) e o Inventário de Ansiedade Traço – Estado (IDATE). Os resultados indicaram que tanto o grupo de alunos quanto os policiais formados revelaram empatia, autoestima baixa, autoconsciência, capacidade de adaptação e sentimentos de desconforto emocional. Entretanto, os policiais formados demonstram tendência a subordinar suas necessidades e desejos em benefício dos outros, agindo no sentido de satisfazer as demandas daqueles ao redor. Ao contrário dos alunos, que apresentaram maior flexibilidade na tomada de decisão e na adaptação a novas situações, bem como uma tendência a serem mais assertivos e competitivos do que cooperativos, percebendo as relações como mais agressivas. Outro aspecto observado no estudo é que o grupo de alunos apresentou ansiedade; e o grupo de policiais, estresse. O estudo ainda contempla o achado de que o grupo de policiais formados apresenta uma maior vulnerabilidade a somatizações, devido ao fato de conterem suas emoções.

Vagostello e Nascimento (2004) avaliaram as características de personalidade de uma amostra de 13 profissionais da área de segurança, através dos resultados do teste Rorschach pelo Sistema Compreensivo (SC). A pesquisa possuía como hipótese que os avaliados deveriam apresentar adequado controle emocional, percepção adequada da realidade, percepções positivas de relacionamentos interpessoais e recursos internos para lidar com estressores internos e externos. Porém, os achados do estudo indicaram que o grupo demonstrou tendência à impulsividade, níveis elevados de estresse, baixa capacidade perceptiva da realidade e altos índices de depressão. Foi destacada pelos autores a necessidade de atenção e reflexão sobre os resultados, já

que a população estudada utilizava arma de fogo no exercício de suas funções profissionais.

Koepfler et al. (2012) pesquisaram formas de prever o risco de agressão policial no intuito de ajudar a reduzir comportamentos agressivos inadequados através de um rastreio dos candidatos à polícia em uma cidade dos Estados Unidos. Os pesquisadores estavam interessados em determinar quais medidas seriam mais úteis para prever agressões inadequadas pelos agentes da polícia. Os autores compararam a capacidade preditiva de medidas não tradicionais como o teste de raciocínio (IAT) e a tarefa de desconto de atrasos monetários (MDDT) a uma medida tradicional, o questionário de autorrelato (MMPI-2). Encontraram que o instrumento de maior utilidade preditiva foi o MDDT, que é uma medida comportamental de impulsividade, na qual os participantes escolhem entre duas possibilidades de recompensas monetárias, uma recompensa menor a receber imediatamente ou uma recompensa maior para ser recebida após algum tempo. Os resultados evidenciaram que a probabilidade de policiais se envolverem em comportamentos agressivos pode estar mais diretamente relacionada com o nível de controle comportamental e não com a sua prontidão cognitiva para agressão. Esses resultados sugerem, de acordo com os autores, que o controle comportamental pode ser um traço importante a se medir.

Nos Estados Unidos, testes de personalidade são frequentemente administrados durante o processo de contratação de policiais (Dantzker, 2006). Os estudos de Loya et al. (2022) mostraram que o índice de imaturidade do teste MMPI-2, que é composto pelas escalas de Mentira, Hipomania e Traços Psicopáticos, é um preditor significativo de demissão de policiais por justa causa dentro de um ano de contratação e ratificam a utilidade do índice de imaturidade para prever comportamento potencialmente problemático em processos seletivos de policiais. Bartol (1991) acompanhou por 13 anos policiais que apresentaram escore elevado no índice de imaturidade e observou que esses policiais foram frequentemente associados a acidentes com veículos policiais, uso inadequado de armas de fogo e outros equipamentos, pouco compromisso com o trabalho policial ou com o departamento, como demonstrado por atraso frequente, absenteísmo e uso inadequado do uniforme. Além disso, componentes de hipomania foram associados a ações disciplinares graves, impulsividade, dificuldade de tolerar frustrações, hiperatividade e imaturidade. Já os componentes de traços psicopáticos foram associados a comportamentos desviantes, como roubo e vazamento de informações confidenciais; e os componentes de mentira, a problemas com julgamento, tomada de decisão, roubo e engano (Bartol, 1991; Loya et al., 2022).

De acordo com Dias (2020), na busca da realização profissional, os policiais dedicam boa parte de sua vida a um contínuo processo seletivo, submetidos a uma

bateria de testes que os enquadram em um perfil institucional desejado. Na circunstância do trabalho policial, questiona-se a qualidade das avaliações realizadas. Para o ingresso do indivíduo na instituição, onde, inicialmente, os candidatos aprovados apresentam o perfil em conformidade ao cargo pretendido, mas que, passados alguns anos, são acometidos de condutas e transtornos considerados inadequados à atividade policial.

2.1 AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA PORTE DE ARMAS E LEGISLAÇÃO

Segundo Faiad et al. (2021), a avaliação para porte de armas pode ser classificada como avaliação psicológica compulsória normativa, na medida em que existe uma norma específica que institui e exige sua realização, tornando-a obrigatória como fase de algum processo. Trata-se, então, de uma exigência que deve ser cumprida, em que o indivíduo se submete à avaliação para que possa obter algum ganho de seu interesse. Está prevista legalmente como um procedimento técnico-científico e de cunho compulsório. O resultado da avaliação deve considerar as informações obtidas através da soma da observação do comportamento, de dados da história pregressa, de entrevistas, que relacionadas aos resultados dos testes, possibilitem uma compreensão do funcionamento do indivíduo (Androvandi et al., 2007). Com base em seus resultados, deverá ser possível identificar a compatibilidade entre as características de personalidade e habilidades cognitivas de um indivíduo para posse, manuseio de armas, assim como para trabalhar armado (de Caires et al., 2022).

A avaliação psicológica para porte de armas está regulamentada pela Instrução Normativa (IN) nº 78/2014, da Polícia Federal (Brasil, 2014), que estabelece procedimentos para o credenciamento e a fiscalização de psicólogos responsáveis pela expedição de comprovante de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo de civis e para exercer a profissão de vigilante. A normativa também define os critérios e os tipos de instrumentos que devem ser considerados na avaliação das características de personalidade e habilidades específicas. Lá são indicados, para o estabelecimento da bateria de instrumentos no mínimo, um teste projetivo e um expressivo de personalidade, um teste de memória visual e um de memória auditiva, um teste de atenção concentrada e um de atenção difusa, e uma entrevista semiestruturada (Polícia Federal, 2014). Recentemente o Conselho Federal de Psicologia estabeleceu a Resolução CFP nº 01/2022, para regulamentar procedimentos a serem adotados por psicólogos na avaliação para a concessão de registro e porte de arma de fogo. A normativa lista uma série de requisitos que o psicólogo deverá estar atento ao realizar esse tipo de avaliação. Entre eles a exigência de possuir inscrição ativa no Conselho Regional de Psicologia (CRP), o credenciamento junto à Polícia Federal ou a outros

órgãos competentes para esse fim, bem como conhecer e cumprir as regras legais e normativas expedidas pelos órgãos competentes no campo do registro e porte de arma. Além disso, a nova normativa estabelece de forma pontual as características psicológicas a serem avaliadas, procedimento de guarda e validade de conteúdo do documento produzido (CFP, 2022).

Para compreender como funciona a liberação de porte e manuseio de armas de fogo a policiais militares deve-se levar em consideração o Sistema Nacional de Armas, instituído no Ministério da Justiça, no âmbito da Polícia Federal, que é responsável pelo controle de armas de fogo em poder da população conforme previsto na Lei nº 10.826/03 (Brasil, 2003). Essa lei determina que as regras para algumas categorias profissionais fiquem sob a responsabilidade das respectivas instituições. No caso dos militares, essa normatização se encontra no Art. 8º da Lei nº 6.880/1980 (Estatuto dos Militares) e na Lei Complementar nº 10.990/1997, que dispõem sobre o Estatuto dos Militares da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Essas normatizações orientam que os oficiais em serviço ativo ou na inatividade têm direito ao porte de arma de fogo; e a comprovação da autorização para portar arma de fogo se dá por meio da apresentação da identificação militar e do Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF) do armamento conduzido, conforme o Art. 10 da mesma Lei. Quando o militar a que se refere for um Praça (sargento, cabo ou soldado), esse deverá apresentar também o parecer favorável da Organização Militar/Órgão Pagador de Inativos e Pensionistas (OM/OPIP) de vinculação para manutenção do porte de arma, e a validade da autorização está vinculada à data da validade da identidade do militar.

Conforme Art. 18 da Portaria nº 126 – Comando Logístico (COLOG), de 22 de outubro de 2019, a autorização para portar arma de fogo poderá ser revogada por determinação do comandante, chefe ou diretor da OM/OPIP de vinculação do proprietário da arma, sempre com decisão motivada e publicada em Boletim. Ainda, conforme o Art. 18, as situações para retirada da autorização do porte de armas são: “1) alienação mental; 2) inaptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo; detenção, com ocorrência lavrada, independentemente de condenação; 3) portar arma de fogo em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas ou alucinógenas; 4) condenação por crimes contra a segurança do Estado ou por atividades que desaconselhem aquele porte; 5) imputação de prática de crime doloso; 6) interdição ou falecimento do militar; 7) licenciamento ou exclusão das fileiras do Exército para os militares temporários; 8) quando o praça apresentar comportamento insuficiente ou mau” (Art. 18 da Portaria nº 126 - COLOG, de 22 de outubro de 2019, pp 5-6). No que tange à avaliação psicológica na esfera da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, não existem critérios psicológicos específicos definidos em lei para avaliar a

aptidão para porte e manuseio de armas. Diante desse contexto, ao iniciar o trabalho com as avaliações para porte de armas em janeiro de 2020, o Serviço de Psicologia da Brigada Militar tomou como base os critérios exigidos na Instrução Normativa (IN) nº 78/2014, da Polícia Federal. Posteriormente, em janeiro de 2022, no intuito de atender o que recomenda a Resolução CFP nº 01/2022, além dos instrumentos sugeridos, foi incluído um teste de inteligência na bateria de testes já utilizada pelo Serviço de Psicologia. Observando-se, assim, a manutenção da bateria mínima indicada pela IN nº 78/2014 da Polícia Federal.

Um estudo de revisão sistemática que buscou identificar pesquisas nacionais que abordam a avaliação psicológica para porte de arma demonstrou que tais estudos são escassos e que trouxeram limitadas contribuições, indicando um campo carente da atenção científica (Caneda & Teodoro, 2012). Dentre esses estudos, refere-se a pesquisa de Pellini (2006) que teve como objetivo identificar indicadores de maturidade emocional no Método de Rorschach (baseado na proposta de Aníbal Silveira) para a concessão do porte de arma de fogo, comparando os resultados de três grupos: 1) grupo controle (GC); 2) grupo de porte de armas (GPA); e 3) de presidiários (GPR). Cada grupo foi composto por 50 participantes, totalizando 150 indivíduos. Os protocolos de Rorschach foram comparados quanto aos índices de impulsividade e adaptação à realidade, índice conativo (Con) que se refere à coordenação motora, manutenção de atenção, bem como relacionamento intrapessoal e resposta de movimento, que indica o grau de maturidade psicológica e os eventuais desajustes emocionais. De acordo com os resultados dos indicadores, concluiu-se que, com exceção ao Con, os demais indicadores podem discriminar sujeitos mais violentos, os quais, por questões emocionais, poderiam ser contraindicados para a concessão do porte de arma de fogo, contribuindo para a avaliação psicológica daqueles que buscam o porte de arma.

Conforme Hasbun et al. (2021), a realização de uma avaliação psicológica consistente, embasada cientificamente e bem estruturada permite distinguir sujeitos aptos dos inaptos ao porte de arma. Essa avaliação deve compreender os aspectos de diagnóstico de quaisquer condições psicopatológicas em andamento, bem como prognósticos, para a prevenção de comportamentos lesivos mesmo que a longo prazo. No entanto, o profissional deverá estar devidamente atualizado, capacitado, agindo dentro dos preceitos éticos determinados pela regulamentação da profissão de psicólogo. Os estudos de Lima et al. (2022), com objetivo de analisar as contribuições das pesquisas para a avaliação compulsória para porte e posse de armas nos últimos 10 anos, identificaram um maior número de pesquisas bibliográficas, bem como o exíguo número de estudos com esse tema. Reforçam que ainda é mínima a discussão sobre o trabalho do psicólogo a respeito do tema e sobre seu efeito na sociedade.

Considera-se que a avaliação para retomada do porte de arma de fogo no âmbito da segurança pública se apresenta como um tema de estudo emergencial, dada a complexidade e o impacto social desses processos avaliativos. Observa-se que a exiguidade de respaldo científico para embasar a avaliação psicológica em tais contextos é significativa, bem como a fragilidade da legislação existente sobre definição de quais fenômenos psicológicos seriam desejados e pertinentes aos agentes da segurança pública que perderam o porte de arma.

2.2 AVALIAÇÃO DA PERSONALIDADE ATRAVÉS DO TESTE RORSCHACH (R-PAS)

O R-PAS (Meyer et al., 2017) foi adotado neste estudo como ferramenta de avaliação de personalidade, por fazer parte da bateria de testes utilizados nas avaliações para retomada de porte de arma na Brigada Militar, cumprindo as exigências da Instrução Normativa (IN) do Departamento da Polícia Federal (PF) nº 78/2014 e da Resolução nº 1, de 21 de janeiro de 2022, do CFP, de incluir uma técnica projetiva na avaliação de indicadores de personalidade em avaliações para porte de arma. Além disso, foi incluído por se tratar de um método importante na avaliação da personalidade, ao permitir ao avaliador observar e analisar o desempenho comportamental do examinando, ou seja, aquilo que ele faz e não o que diz que faz. O uso do R-PAS permite uma ampla variedade de respostas que são a expressão de características particulares e individuais de personalidade e de estilos de processamento cognitivo do sujeito avaliado (Meyer et al., 2017). Ainda, conforme Weiner (2000), trata-se de um instrumento moderadamente estruturado, que se constitui em uma tarefa de associação cognitivo-perceptiva, abrangendo aspectos objetivos e subjetivos, propondo-se a avaliar estrutura e dinâmica de personalidade. Weis (2002) reforçou a importância do uso de variáveis do Rorschach que avaliem a experiência de estresse, capacidade de tolerar e manejar situações emocionalmente carregadas, organização do pensamento e controle da impulsividade, no processo seletivo de policiais. Considerando que esses indivíduos seriam colocados em situações estressantes durante o trabalho, a presença de tais indicadores não seria desejável em um policial.

A Instrução Normativa (IN) do Departamento da Polícia Federal (PF) nº 78/2014 e a Resolução nº 1, de 21 de janeiro de 2022, do CFP, trazem indicadores que devem ser examinados nas avaliações para porte de arma. Na IN nº 78/2014, da PF, os indicadores estão divididos em duas categorias: necessários (adaptação, atenção, autocontrole, afetividade, autocrítica, concentração, controle emocional, decisão, empatia, energia, equilíbrio, estabilidade, flexibilidade, maturidade, memória, meticulosidade, percepção, prudência, relacionamento interpessoal, tolerância à frustração, segurança, senso crítico, sociabilidade); e restritivos (reações relacionadas

aos transtornos mentais causados por uma condição médica geral; relacionados a substâncias; somatoformes; factícios; dissociativos; do humor; de ansiedade; da personalidade; preconceito, fanatismo (Brasil, 2014). Já a Resolução nº 01/2022, do CFP, indica que o(a) psicólogo(a) avalie aspectos cognitivos, incluindo processos atencionais, nível intelectual, controle inibitório e planejamento, e traços de personalidade que indiquem quaisquer transtornos que impliquem prejuízos ao autocontrole, juízo crítico, comportamento, além da agressividade e ansiedade que devem ser adequadas, e não podem estar exacerbadas ou muito diminuídas (CFP, 2022).

O teste R-PAS apresenta em seus resultados vários indicadores relacionados à área de personalidade listados em ambas as normativas, como, por exemplo, autocontrole, afetividade, maturidade, indicativos de sofrimento psíquico e psicopatologia. Entender o significado desses indicadores é fundamental para que o psicólogo possa realizar uma avaliação para concessão de retomada de porte de arma de fogo utilizando o Rorschach pelo Sistema R-PAS. Dentre os diferentes sistemas de levantamento e interpretação do Rorschach, o Sistema Compreensivo (Exner, 1999) e o R-PAS (Meyer et al., 2017) estão entre os que possuem fortes evidências psicométricas (Schneider & Resende, 2018) e encontram-se favoráveis ao uso pelo Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI). O R-PAS é um sucessor do Sistema Compreensivo (SC), visto que procurou manter uma perspectiva focada em evidências, acentuando a base psicométrica e internacional do instrumento, corrigindo algumas limitações do SC (Meyer et al., 2017; Mihura et al., 2013).

2.3 ASPECTOS COGNITIVOS EXAMINADOS NAS AVALIAÇÕES PSICOLÓGICAS PARA RETOMADA DO PORTE DE ARMA.

Alguns estudos (Lima et al., 2018; Ponsoni et al., 2022) apontam a importância de investigar a relação entre alterações emocionais e cognição, devido ao impacto que prejuízos cognitivos podem ter no comportamento e na capacidade de uma pessoa desempenhar atividades diárias. Outro aspecto importante das funções da cognição está em sua relação com a autorregulação emocional (Malloy-Diniz et al., 2014). A autorregulação é um conceito amplo que inclui capacidades como inibição de respostas, atenção seletiva, bem como a capacidade de controlar as emoções e os processos cognitivos (Gomes et al., 2018). Tendo em vista esses conceitos, a inclusão dos resultados de testes que avaliem funções cognitivas, como o teste de atenção concentrada da Bateria de Provas de Atenção- BPA (Rueda, 2013) e o teste de Figuras Complexas de Rey - FCR (Oliveira & Rigoni, 2010) que avalia memória visual imediata e capacidade de percepção visual, tornou-se ponto importante no entendimento do perfil

psicológico dos policiais militares que perderam o porte de arma. Assim como o R-PAS, esses instrumentos foram adotados neste estudo, por fazerem parte da bateria de testes previamente utilizados nas avaliações para retomada de porte de arma na Brigada Militar, cumprindo as exigências da Instrução Normativa (IN) nº 78/2014 da PF e da Resolução nº 01/2022 do CFP, que estabelecem o exame das variáveis cognitivas que incluem funções executivas (controle inibitório e planejamento), atenção concentrada e memória visual.

2.3.1 Atenção concentrada

Um indivíduo precisa selecionar, focar e dividir a atenção para conseguir executar tarefas adequadamente em seu cotidiano (Rabelo & Mazairolli, 2019). A atenção é uma habilidade cognitiva que desempenha um papel importante na vida das pessoas, pois está associada a diversas funções mentais como memória, percepção, nível de consciência, bem como a aspectos emocionais relacionados à motivação e ao afeto (da Silva Barbosa et al., 2021). Sua principal função é selecionar e extrair o estímulo mais importante em um determinado momento, sendo considerada uma função cerebral fundamental para a integração mental, conhecida também como pré-requisito para manifestação da inteligência e da capacidade reflexiva, assim como com a qualidade de execução das tarefas (Malloy-Diniz et al., 2014; Rueda, 2013). No que tange às definições deste construto, observa-se que existem uma série de especificações na literatura (Rueda, 2013), o que pode ser justificado pela extensão de operações mentais envolvidas nos processos atencionais. Neste estudo será abordada a atenção concentrada, que é a capacidade de manter a vigilância em uma tarefa realizada durante um período de tempo determinado, selecionando apenas um estímulo, diante de vários estímulos distratores (Malloy-Diniz et al., 2014; Rabelo & Mazairolli, 2019; Rueda, 2013;).

2.3.2 Memória Imediata, Percepção, Planejamento e Execução Visuomotora

Ainda, tendo em vista os processos que constituem a cognição, outro fator importante para compreender e interagir com o ambiente que nos cerca é a memória. A memória está empregada nos mais diversos contextos e situações, desde coisas simples até aquelas mais complexas. Através da memória é possível conectar lembranças, emoções e acontecimentos; dessa forma os estados de ânimo, as emoções, o nível de alerta, a ansiedade e o estresse modulam fortemente as memórias (Pergher et al., 2006). Possivelmente, a memória seja uma das funções cognitivas de maior complexidade, pois envolve diversos processos de recepção, arquivamento e recordação (Rabelo & Mazairolli, 2019).

Neste estudo serão analisados os resultados da capacidade de memória visual imediata, através dos resultados do teste Figuras Complexas de Rey (FCR - Oliveira & Rigoni, 2010). A memória visual imediata se refere a informações processadas visualmente em curto espaço de tempo. Segundo o manual do teste FCR, a memória imediata, que também pode ser entendida como memória de curto prazo, diz respeito ao conteúdo que pode ser mantido de forma ativa na mente de maneira limitada, podendo estender-se no tempo e seu conteúdo reproduzido por alguns minutos, se houver a atenção intencional de recapitular o conteúdo. Esse processamento é chamado de memória de trabalho, que pode ser medida por meio da memória imediata, e os termos podem ser considerados como sinônimos (Oliveira & Rigoni, 2010). Com objetivo de definição, nesse estudo será adotado o termo memória imediata utilizado no manual do instrumento.

As outras habilidades cognitivas levantadas no estudo foram a percepção visual e o planejamento. A percepção visual pode ser definida como a capacidade para ver, organizar e interpretar a informação que os olhos recebem. É um processo muito importante, porque possibilita aprender novas informações (Andrade et al., 2012). Conforme Cruz et al. (2017), planejamento pode ser definido com a capacidade de antecipar formas de soluções, definir estratégias eficientes, estabelecer passos e sequenciamento adequado de etapas intermediárias, avaliando se estas ações permitem a conquista de um objetivo.

Estudos sobre a relação entre capacidades cognitivas e a precisão da conduta são perspectivas recentes no que tange a profissões que lidam com estressores ocupacionais e ambientais, tais como a de policiais (Rabelo & Mazariolli, 2019). Nessas áreas laborais, o foco das pesquisas costuma ocorrer no âmbito das consequências do trabalho na saúde mental, física e na qualidade de vida (Ferreira et al., 2022; Dias, 2020; Oliveira & Faiman, 2018).

Nesse contexto, se acentua a necessidade de elucidar o perfil psicológico de policiais militares que perderam o porte de armas e foram afastados da atividade de policiamento após apresentarem condutas mal-adaptativas. Ainda que existam inúmeros motivos para que uma pessoa se engaje em comportamentos desadaptativos, alguns autores consideram que déficits em habilidades cognitivas podem implicar prejuízos no comportamento e na capacidade da pessoa em desempenhar atividades do dia a dia, bem como favorecer o aparecimento de condutas mal-adaptativas (Cruz et al., 2017; Fonseca, 2021; Malloy-Diniz et al., 2014). Além disso, supõem-se que disfunções cognitivas sejam um fator intercessor para a evolução de determinados transtornos, sendo de suma importância compreender as implicações que alterações no desempenho cognitivo podem acarretar na vida de uma pessoa (Ponsoni et al., 2022).

A identificação de habilidades cognitivas e de traços de personalidade mal-adaptativos pode ajudar a direcionar intervenções psicológicas para lidar com dificuldades como a gestão da raiva, o controle da impulsividade, o trauma, o uso de substâncias, entre outros fatores para fins de rastreio e avaliação de aptidão para o trabalho. Para isso, ressalta-se a importância da realização de uma avaliação psicológica bem conduzida e fundamentada, que permita traçar esse perfil psicológico, identificando os dados sugestivos de traços restritivos nos resultados dos instrumentos psicológicos utilizados na avaliação para retomada do porte de arma. Dessa forma, este estudo se destaca pela importância de conhecer as características psicológicas de policiais que perderam o porte de arma na esfera da segurança pública, bem como a repercussão desse funcionamento no âmbito do trabalho e na vida pessoal desses indivíduos. Ressaltando-se a grande responsabilidade do psicólogo na determinação do parecer “apto” ou “inapto” para porte de armas, o que possui impacto tanto na vida profissional destes militares, como para a corporação e sociedade como um todo.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO PRINCIPAL

Investigar as características psicológicas de um grupo de policiais militares que apresentaram condutas mal-adaptativas e que perderam o porte de arma.

3.2 OBJETIVOS SECUNDÁRIOS

- Descrever as características sociodemográficas dos participantes, incluindo o motivo da perda do porte de arma.
- Analisar os resultados do Rorschach – Sistema de Avaliação por Performance (R -PAS), verificando relações entre os casos avaliados.
- Analisar os resultados do teste Figuras Complexas de Rey, verificando relações entre os casos avaliados.
- Analisar os resultados do teste de atenção concentrada aferidos por meio da Bateria de Provas de Atenção – BPA, verificando relações entre os casos avaliados.
- Investigar a existência de relações entre os resultados de variáveis cognitivas do Rorschach – Sistema de Avaliação por Performance, do teste Figuras Complexas de Rey e Bateria de Provas de Atenção – BPA.
- Comparar os escores dos instrumentos Rorschach – Sistema de Avaliação por Performance, Figuras Complexas de Rey e Bateria de Provas de Atenção – BPA com as variáveis sociodemográficas dos participantes.

4 REFERÊNCIAS DA REVISÃO DE LITERATURA

- Ales, F., Giromini, L., & Zennaro (2020). Complexity and Cognitive Engagement in the Rorschach Task: An Eye-Tracking Study. *Journal of Personality Assessment*, 102(4), 538-550. <https://doi.org/10.1080/00223891.2019.1575227>
- Andrade, S. M., Dias, M. M. C. D. B. D. S., Oliveira, E. A. D., Locks Neto, F., Nogueira, R. M. T. B. L., & Santos, N. A. D. (2012). Construção e evidências psicométricas de uma escala de avaliação da percepção visual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25, 21-29.
- Androvandi, C., Serafini, A. J., Trentini, C. M., & Coelho, E. (2007). Imputabilidade penal, capacidade cognitiva e instrumentos de medida psicológica. *Revista Psicologia em Foco*, 1(1), 49-62.
- Baddeley, A. (2012). Working memory: theories, models, and controversies. *Annu Rev Psychol.*, 63, 1-29. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-120710-100422>
- Baddeley, A. (1996). The fractionation of working memory. *Proc. Natl. Acad. Sci. U.S.A.*, 93, 13468–13472. <https://doi.org/10.1073/pnas.93.24.13468>
- Bartol, C. R. (1991). Predictive validity of the MMPI for small-town police officers who fail. *Professional Psychology: Research and Practice*, 2, 127-132.
- Brito, D. P. D., & Goulart, I. B. (2005). Avaliação psicológica e prognóstico de comportamento desviante numa corporação militar. *Psico-USF*, 10, 149-160.
- Camina, E., & Güell, F. (2017). The Neuroanatomical, Neurophysiological and Psychological Basis of Memory: Current Models and Their Origins. *Front. Pharmacol.*, 8, 438. <https://doi.org/10.3389/fphar.2017.00438>
- de Caires, C. S., Rocha, J. B., Souza, N. R., & de Melo, L. G. M. (2022). Avaliação Psicológica para o Porte de Arma: Práxis e Aspectos Conceituais. *UNICIÊNCIAS*, 26(1), 42-50.
- CFP. Conselho Federal de Psicologia. *Resolução nº 001, de 21 de janeiro de 2022*. Regulamenta a Avaliação Psicológica para concessão de registro e porte de arma de fogo e revoga a Resolução CFP nº 18, de 9 de dezembro de 2008, a Resolução CFP nº 2, de 30 de março de 2009 e a Resolução CFP nº 10, de 21 de outubro de 2009. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-1-de-21-de-janeiro-de-2022-376060371>
- Dantzker, M. L., & McCoy, J. H. (2006). Psychological screening of police recruits: A Texas perspective. *Journal of Police and Criminal Psychology*, 21, 23-32.

- Dias, C. A. (2020). *Adoecimento e retorno ao trabalho após transtorno mental: um estudo com policiais militares do Distrito Federal à luz da Sociologia Clínica*. [Tese de Doutorado em Administração, Universidade de Brasília].
- Faiad, C., Santos, A. dos S., Lobosque, E. M. G., Sant'Anna, O., Prado, L. V. do., & Coelho, F. A. C. (2021). Avaliação psicológica em concursos públicos e porte de arma: Histórico e Desafios. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, n. spe1, e252456. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003252456>
- Faiad, C., & Alves, I. B. (2018). Contribuições do Satepsi para avaliações psicológicas compulsórias (trânsito, porte de arma e concursos públicos) [Número especial]. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38, 50-59. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000208851>
- Falkenbach, D. M., Glackin, E., & McKinley, S. (2018). Twigs on the same branch? Identifying personality profiles in police officers using psychopathic personality traits. *Journal of Research in Personality*, 76, 102–112. <https://doi.org/10.1016/J.JRP.2018.08.002>
- Ferreira, L. B., de Faria Alves, G. G., das Neves Cardoso, R. B., & dos Santos, L. S. (2022). Autogestão da agressividade: revisão da literatura e aplicações na profissão policial. *Revista Ciência & Polícia*, 8(1), 125-147.
- Ferreira, L. B., & Dias, C. A. (2022). Subjetivação e adoecimento no trabalho policial militar à luz da psicodinâmica. *Revista Gestão em Análise*, 11(2), 110-126.
- Fonseca, S. C. R. M. (2021). Personalidade e funções executivas em estudantes universitários. [Dissertação de Mestrado, Universidade Portucalense, Portugal]. <http://hdl.handle.net/11328/3800>
- Instrução Normativa (IN) do Departamento da Polícia Federal (PF) nº 78/2014. Estabelece procedimentos para o credenciamento, fiscalização da aplicação e correção dos exames psicológicos realizados por psicólogos credenciados, responsáveis pela expedição do laudo que ateste a aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo e para exercer a profissão de vigilante. <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/armas/normativos/in78-2014-DPF/view>
- Gomes, D. A. R. (2015). Incidência e perfil de suicídios na brigada militar de 2005 a 2014. [Trabalho de conclusão do Curso Avançado em Administração Policial Militar, da Academia de Polícia Militar da Brigada Militar do Rio Grande do Sul].
- Gomes, J. S.; Simonetti, L.; Maidel, S. (2018). Funções executivas e regulação cognitivo-emocional: conexões anatômicas e funcionais. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, 52. <http://doi.org/10.5007/2178-4582.2018.42170>

- Gomes, D. A. R., de Araújo, R. M. F., & Gomes, M. S. (2018). Incidence of suicide among military police officers in South Brazil: An 11-year retrospective cohort study. *Comprehensive Psychiatry*, *85*, 61-66.
- Gomez, V. A., Mazzoleni, M., Rodrigues, C. M. L., Bentes, A., Aquino, M. A., Torres, C. V., Nascimento, T., Oliveira, S. E. S., Chambel, M. J., & Faiad, C. (2021). Conflito trabalho-família em segurança pública: Uma revisão integrativa. *Revista SUSP*, *1*(1), 239-253.
- Kleiger, J. H., & Mihura, J. L. (2021). Developments in the Rorschach Assessment of Disordered Thinking and Communication. *Rorschachiana*, *42*(2), 265–280.
<https://doi.org/10.1027/1192-5604/a000132>
- Koepfler, J., Brewster, J., Stoloff, M. et al. (2012). Predicting police aggression: Comparing traditional and non-traditional prediction models. *J Police Crim Psych*, *27*, 141–149.
<https://doi.org.ez41.periodicos.capes.gov.br/10.1007/s11896-012-9101-y>
- Le Chevanton, T., Fouques, D., Julien-Sweerts, S., Petot, D., & Polosan, M. (2020). Differentiating unipolar and bipolar depression: Contribution of the Rorschach test (Comprehensive System). *J Clin Psychol.*, *76*, 769–777.
<https://doi.org.ez41.periodicos.capes.gov.br/10.1002/jclp.22912>
- Lima, K. A.; Holanda, K. A. B.; Lago, T. M., & Souza de, S. M. (2022). Avaliação psicológica compulsória no porte de armas de fogo. *Revista Cereus*, *14*(2).
<https://doi.org.10.18605/21757275/cereus.v14n2p278-292>
- Lima, I., Peckham, A. D., & Johnson, S. L. (2018). Cognitive deficits in bipolar disorders: Implications for emotion. *Clinical Psychology Review*, *59*, 126–136.
<https://doi.org/10.1016/j.cpr.2017.11.006>
- Loya, K. M., Peskosky, E. C., & Jacquín, K. M. (2022). Predictive Validity of MMPI-2 Immaturity Index for Early Termination of Police Officers. *Journal of Police and Criminal Psychology*, *37*, 222-228.
- Malloy-Diniz, L. F., Neves, S. F., Sediya, N. Y. C., & Loschiava-Alvares, Q. F. (2014). Neuropsicologia do transtorno bipolar em adultos. In D. Fuentes, L. F. Malloy-Diniz, C. H. P. Camargo, R. M. Consensa (Orgs.), *Neuropsicologia: Teoria e Prática* (p. 126-127). Artmed.
- Malloy-Diniz, L. F., Paula de, J. J., Sedó, M., Fuentes, D., & Leite, W. B. (2014). Neuropsicologia das funções executivas e da atenção. In D. Fuentes, L. F. Malloy-Diniz, C. H. P. Camargo, R. M. Consensa (Orgs.), *Neuropsicologia: Teoria e Prática* (p. 126-127). Artmed.
- Mihura, J. L., Jowers, C. E., Dumitrascu, N., van den Hurk, A. W. V., & Keddy, P. J. (2022). The specific uses of the Rorschach in clinical practice: Preliminary

- results from an international survey. *Rorschachiana*, 43(1), 25-41. <https://doi.org.ez41.periodicos.capes.gov.br/10.1027/1192-5604/a000155>
- Mihura, J. L., Meyer, G. J., Dumitrascu, N., & Bombel, G. (2013). The validity of individual Rorschach variables: systematic reviews and meta-analyses of the comprehensive system. *Psychological Bulletin*, 139(3), 548–605. <https://doi.org/10.1037/a0029406>
- Oliveira, T. S., & Faiman, C. J. (2018). Ser policial militar: reflexos na vida pessoal e nos relacionamentos. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 19(2), 607-615.
- Pereira, C. M. M., & Brasil. M. de F. de A. (1999). *Revista de Psicologia: Saúde Mental e Segurança Pública* (v. 1). Polícia Militar de Minas Gerais, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da PMMG.
- Pergher, G. K., Grassi-Oliveira, R., Ávila, L. M. D., & Stein, L. M. (2006). Memória, humor e emoção. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 28, 61-68.
- Pogarsky, G., & Piquero, A. R. (2004). Studying the research on deterrence: Can deterrence theory help explain police misconduct? *Journal of Criminal Justice*, 32, 371-386.
- Ponsoni, A., Teixeira, A. L., Malloy-Diniz, L. F., & Fonseca, R. F. (2022). *Neuropsicologia dos Transtornos Psiquiátricos*. Ampla.
- Portaria nº 126 - COLOG, de 22 de outubro de 2019. Dispõe sobre a aquisição, o registro, o cadastro, a transferência, o porte e o transporte de arma de fogo; e a aquisição de munições e de acessórios de arma de fogo por militares do Exército, em serviço ativo ou na inatividade. <http://www.dfpc.eb.mil.br/images/Portarian126.pdf>
- Rabelo, I. S., & da Silva Mazariolli, A. (2019). Avaliação cognitiva de policiais militares e universitários em medidas padronizadas de memória, atenção e inteligência. *Revista Meta Avaliação*, 11(32), 468.
- Ribeiro, A., Calado, C., Cerveira, P., & Oliveira, C. (2017). Personalidade e funções executivas nos estudantes do ensino superior. *Interacções*, 12(42). <https://doi.org/10.25755/int.11817>
- Schneider, A. M. de A., & Resende, A. C. (2018). Avanços no Rorschach: sistema de avaliação por performance. In C. S. Hutz, D. R. Bandeira, & C. M. Trentini (Orgs.), *Avaliação Psicológica da Inteligência e da Personalidade* (p. 327-338). Artmed.
- da Silva Barbosa, J., Jardim, M. L., & dos Santos, M. F. R. (2021). Neuropsicologia da atenção: da avaliação à estimulação. *Revista Transformar*, 14(2), 258-271.

- Silva, G. F., & Beato, C. (2013). Confiança na polícia em Minas Gerais: o efeito da percepção de eficiência e do contato individual. *Opinião Pública*, 19, 118-153.
- Thadeu, S. H., Ferreira, M. C., & Faiad, C. (2012). A avaliação psicológica em processos seletivos no contexto da segurança pública. *Avaliação Psicológica*, 11(2), 229-238.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712012000200008&lng=pt&tlng=pt.
- Vagostello, L., Silva, F. F., & Nascimento, R. S. G. F. (2004). Considerações preliminares sobre a avaliação psicológica em situações de porte de arma de fogo. In C. E. Vaz, & R. L. Graeff (Orgs.), Congresso Nacional de Rorschach e Métodos Projetivos: Técnicas projetivas: Produtividade em pesquisa (v. 3, p. 471-474). Supernova.
- Viglione, D. J., Towns, B., & Lindshield, D. (2012). Understanding and using the Rorschach Inkblot Test to assess post-traumatic conditions. *Psicol. Inj. E Lei* 5, 135-144. <https://doi-org.ez41.periodicos.capes.gov.br/10.1007/s12207-012-9128-5>
- Weiss, P. A. (2002). Potential uses of the Rorschach in the Selection of Police Officers. *Journal of Police and Criminal Psychology*, 17(2), 63-70.
- Weiss, P. A., Vivian, J. E., Weis, W. U., Davis, R. D., & Rostow, C. D. (2013). The MMPI-2 L scale, reporting uncommon virtue, and predicting police performance. *Psychological Services*, 10(1), 123-130. <https://doi.org/10.1037/a0029062>

5 CONCLUSÃO GERAL

Com a presente pesquisa, espera-se ter contribuído de alguma forma para um aprofundamento do conhecimento sobre as características psicológicas de policiais militares que perderam o porte de arma devido a condutas mal-adaptativas. Os resultados da amostra revelaram a existência de indicadores de psicopatologia e déficits cognitivos comuns entre os participantes. Foi observado um número significativo de casos com hipótese diagnóstica de Transtorno Bipolar, índices elevados em variáveis do R-PAs (Rorschach Performance Assessment System), que apontam para perturbação do pensamento, distorção ou interpretação errônea da realidade, assim como uma menor capacidade de controle da impulsividade na expressão e vivências afetivas. Os resultados também revelaram déficits cognitivos em áreas específicas, como atenção, memória visual e habilidades de planejamento. Contudo, devido ao caráter exploratório e ao tamanho reduzido da amostra, não é possível estabelecer uma relação causal entre os resultados encontrados. Os achados são específicos para o grupo de policiais avaliados, tornando inviável estabelecer generalizações.

Todavia, a análise dos resultados sugere uma relação entre os construtos analisados, identificando correlações que podem ajudar a identificar vulnerabilidades para o surgimento de disfunções e condutas mal-adaptativas. No entanto, é importante considerar algumas limitações deste estudo. A amostra reduzida, a ausência de informações anteriores ao ingresso dos militares na instituição, como os resultados da avaliação psicológica no concurso público e aspectos de saúde mental prévios, pode limitar a compreensão completa do perfil desses indivíduos. Além disso, a pesquisa foi realizada durante o período de pandemia, o que influenciou na escolha do método de coleta de dados (retrospectivo documental), afetando na disponibilidade de novos participantes para a pesquisa. Apesar dessas limitações, este estudo se destaca por se propor a utilizar dados de testes cognitivos e de personalidade com intuito de estabelecer relações com variáveis distintas que implicam diretamente no funcionamento deste grupo de policiais, especialmente acerca da expressão de condutas mal-adaptativas.

Para finalizar, julga-se importante a continuação do desenvolvimento de estudos neste âmbito, que viabilizem a aplicação de uma metodologia similar, porém em uma amostra maior, e que se busquem procedimentos metodológicos que incluam a obtenção de informações oriundas de avaliações psicológicas anteriores, bem como do histórico de saúde mental prévio ao ingresso na instituição. Isso permitirá uma compreensão mais abrangente dos fatores que podem estar relacionados a perda do porte de arma em policiais que apresentaram condutas mal-adaptativas, contribuindo

para o desenvolvimento de estratégias de cuidado e intervenção mais eficazes, melhorando o bem-estar psicológico desses profissionais.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Ficha de dados sociodemográficos

Sexo: Masculino () _ Feminino ()

Idade:

Estado Civil:

Solteiro(a) () _ Casado(a) () União estável () _ Divorciado(a)/Separado () _ Viúvo
(a) () _

Número de Filhos:

Escolaridade:

Ensino secundário () Curso Superior () _

Cargo na instituição: Soldado () Sargento ()

Diagnóstico Psiquiátrico:

Diagnóstico Clínico:

Internação Psiquiátrica sim () não ()

Se sim, quando quantas vezes:

Uso de Medicamentos: Sim () Não ()

Se sim, quais medicações:

Tratamento psicológico/psiquiátrico

Uso de drogas: Sim () Não ()

Se sim, qual droga:

Uso de álcool: Sim () Não ()

Motivo da perda do porte de arma:

Características descritas em relação ao comportamento/aspectos emocionais/aspectos sociais do avaliando:

ANEXOS

ANEXO A

Parecer do CEP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Pesquisador: Adriana Jung Serafini

Área temática:

Versão: 1

CAAE: 53878621.7.0000.5345

Instituição Proponente: Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

Patrocinador principal: Financiamento próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.159.369

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos " Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo

PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1859150.pdf de 30/11/2021 e/ou do Projeto de Pesquisa e anexado a PB em 30/11/2021. O tema deste projeto de pesquisa parte da experiência clínica da pesquisadora enquanto integrante do Serviço de Psicologia do Hospital da Brigada Militar (HBMPA). Nesta instituição a pesquisadora recebe como demanda da Junta Extraordinária de Saúde, o encaminhamento de policiais militares para realização de avaliação psicológica com objetivo de verificar a possibilidade de retomar o porte de arma. Os policiais perderam o porte de arma após apresentarem condutas mal-adaptativas tais como: dependência química, ideação e/ou tentativa de suicídio, comportamentos agressivos envolvendo violência doméstica, agressões generalizadas incluindo situações profissionais.

O presente estudo surgiu do interesse em compreender o funcionamento psicológico, incluindo características de personalidade e habilidades cognitivas como percepção visual, planejamento executivo, memória visual e atenção concentrada de policiais militares que perderam o porte de arma. Embora exista um perfil psicológico predefinido pela Polícia Federal, no contexto militar não existem normas que regulamentem ou determinem os critérios necessários para o porte de arma. Assim, foi tomado como base pelo serviço de psicologia que avaliou tais militares as características propostas pela instituição federal, embora careça de maior embasamento teórico. A pesquisa será desenvolvida a partir de um estudo retrospectivo documental obtido através dos dados de prontuários de 15 policiais militares que foram encaminhados pela Junta Extraordinária de Saúde - Departamento de Saúde da Brigada Militar - para serem avaliados pelo serviço de psicologia do Hospital da Brigada Militar de Porto Alegre. Todos os casos foram afastados das atividades de policiamento e perderam a liberação para manuseio e porte de arma de fogo. Será utilizada uma Ficha para coleta de dados sociodemográficos e dados sobre o encaminhamento do caso para avaliação psicológica e os materiais de aplicação, levantamento e interpretação de cada um dos instrumentos a seguir: 1) Ficha para coleta de dados sociodemográficos e dados sobre o encaminhamento do caso para avaliação psicológica, 2) Sistema de Avaliação por Performance no Rorschach (R -PAS), 3) Teste de atenção concentrada da Bateria Psicológica para Avaliação da Atenção (BPA), 4) Figuras Complexas de Rey. Serão incluídos na amostra os casos que tenham sido avaliados pela mestrandia, que tenham obtido parecer inapto para a retomada do porte de arma e que contenham a aplicação dos seguintes instrumentos: R-PAS (Meyer et al., 2017), Figuras Complexas de Rey (Oliveira & Rigoni, 2010) e Atenção Concentrada da Bateria de Provas de Atenção - BPA (Rueda, 2013). Casos em que não existiam comprometimento neuropsicológico grave, que já haviam sido avaliados por equipe médica e os casos que tenham obtido o resultado apto ao porte de arma. Serão considerados como critérios

de exclusão os casos em que os instrumentos psicológicos se mostraram incompletos ou não respondidos de forma adequada.

Objetivo da pesquisa

Objetivo Primário:

Investigar as características psicológicas de um grupo de policiais militares que apresentaram condutas mal-adaptativas e que perderam o porte de arma.

Objetivo Secundário:

Descrever as características sociodemográficas dos participantes, incluindo motivo da perda do porte de arma; Analisar os resultados do Rorschach - Sistema de Avaliação por Performance (R-PAS) Meyer et al. (2017) avaliando relações entre os casos; Analisar os resultados do teste Figuras Complexas de Rey (Oliveira & Rigoni, 2010) avaliando relações entre os casos; Analisar os resultados do teste de atenção concentrada aferidos por meio da Bateria de Provas de Atenção - BPA (Rueda, 2013), avaliando relações entre os casos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Como a coleta de dados se dará de forma retrospectiva, o risco para os participantes é mínimo.

Benefícios:

Compreende-se que essa pesquisa terá como benefícios a ampliação do conhecimento científico, especificamente e para a área da avaliação psicológica no porte de arma, e que esse conhecimento auxiliará a prática profissional de psicólogos que futuramente poderão ter um norteador ao analisar as características psicológicas de avaliandos que perderam porte de arma. Identificando nos resultados dos testes psicológicos sinais sugestivos de características psicológicas, que contraindiquem o porte de arma.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estudo observacional, retrospectivo com 15 policiais militares que foram encaminhados pela Junta Extraordinária de Saúde - Departamento de Saúde da Brigada Militar - para serem avaliados pelo serviço de psicologia do Hospital da Brigada Militar de Porto Alegre. Haverá uso de fontes secundárias de dados (prontuário médico e psicológico). Propõe dispensa de TCLE com a seguinte justificativa: "Como este estudo trata-se de uma pesquisa retrospectiva, que se baseia em dados documentais de prontuários, não será utilizado o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE), mas sim o Termo de Compromisso e Utilização dos Dados (TCUD)". Projeto de Mestrado junto ao PPG em Psicologia e Saúde da UFCSPA.

Início em 30/11/2021 (Levantamento dos dados dos prontuários e envio dos testes para análise do juiz) e término em 30/10/2022. Financiamento próprio.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Documentos obrigatórios apresentados (TCUD assinado pelos pesquisadores)

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A presente análise não encontrou impedimento ético para execução do Projeto de pesquisa.

Recomenda-se que em futuros projetos sejam elencados os riscos mínimos e as providências e cautelas para evitar ou minimizar os riscos.

Demais recomendações vide "Considerações Finais a critério do CEP"

PROJETO APROVADO.

Considerações Finais a critério do CEP:

- Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para serem apreciados no CEP, conforme Norma Operacional CNS 001/13, item XI.2.d.

- As Emendas ao Projeto somente poderão ser solicitadas enquanto o Projeto de Pesquisa estiver em vigência de acordo com o cronograma registrado no protocolo PB.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1859150.pdf	30/11/2021 08:25:18		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoMestradoDenise_formatado.docx	30/11/2021 08:20:14	DENISE BISCHOFF PORTELLA CONCEICAO	Aceito
Outros	termocompromissoentregarelatoriosemestralfinal.pdf	27/11/2021 15:53:27	DENISE BISCHOFF PORTELLA CONCEICAO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMODEANUENCIADORESPONSAVELPELOSETOR.pdf	27/11/2021 15:51:29	DENISE BISCHOFF PORTELLA CONCEICAO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCDU.pdf	27/11/2021 15:50:05	DENISE BISCHOFF PORTELLA CONCEICAO	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	27/11/2021 15:28:19	DENISE BISCHOFF PORTELLA CONCEICAO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 10 de Dezembro de 2021

Assinado por:

**Fernanda Bordignon Nunes
(Coordenador(a))**